



## ORÇAMENTO 2012

Tendo em vista a satisfação das necessidades do concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativa uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município de acordo com os princípios legais vigentes. É da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal) assentados no princípio da autonomia financeira e administrativa dos municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação. O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do concelho no curto e no médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental.

Assim sendo, apresenta-se por este meio o Orçamento do Município de Celorico da Beira para vigorar em 2012, elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e n.º 84-A/2002 de 5 de Abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro. No que respeita às classificações económicas, estas têm como base de especificação o classificador económico das receitas e despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, com as suas devidas alterações. Relativamente às classificações orgânicas considerou-se o disposto no ponto 2.3.2. do POCAL e no Ofício Circular n.º 6 de 2002.03.19 da Direcção Geral das Autarquias Locais, optando-se por não aplicar o classificador orgânico criando-se apenas dois órgãos, “01- Assembleia



Municipal” e “02 - Câmara Municipal”, à semelhança do aplicado nos orçamentos dos anos anteriores. No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais (Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro) e pela Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto), apresenta-se um orçamento único e anual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas para o ano civil de 2012.

No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas, estas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento. Este critério foi utilizado noutras receitas cuja previsão seja difícil de calcular tais como as vendas de bens e serviços, sendo que as transferências correntes, de capital e vendas de bens de investimento foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central, de verbas obtidas através de fundos comunitários e de previsões de venda de loteamentos e de património do Município.

Relativamente às despesas, as correntes foram calculadas tendo em conta a despesa estimada para 2012 (tendo por base as despesas de 2011), acrescidas dos montantes ainda em dívida esperados para 2012. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2012, que se encontra anexo ao Orçamento. As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais de encargos fornecidos pelas instituições bancárias. As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar em 2012 e nos anos seguintes, acrescidas do valor da dívida ainda existente, podendo estas rubricas ser verificadas nas Grandes Opções do Plano. Nas despesas de



capital estão ainda incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder (subsídios).

De uma forma global e comparativamente ao Orçamento de 2011, existe uma redução em 3.145.978€ (-12,02%). Em termos de despesas correntes constata-se uma diminuição de 739.557€ (-5,28%), e nas despesas de capital verifica-se uma redução em 2.406.421€ (-19,79%).

No seguimento de uma recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, para 2012 está prevista a criação de uma taxa de proteção civil a aplicar a diversas entidades cuja atividade implica custos nesta área para a Autarquia, tais como as afetas aos transportes ferroviários, concessionárias de autoestradas, entre outras, de modo a compensar esses mesmos custos.

Tendo em conta a conjuntura económica actual, para 2012 está previsto um reforço da Acção Social do Município através da criação de um “Gabinete de crise”, que visará o acompanhamento da situação dos munícipes em situação económica precária. Mediante as informações obtidas por este gabinete, serão analisadas as medidas necessárias para auxiliar os munícipes em dificuldades, que poderão ser de aconselhamento financeiro, ou outro tipo de apoio conforme as situações detectadas.

Está prevista no Orçamento uma rubrica para apoio ao empreendedorismo de particulares, que visa financiar parcialmente projetos apresentados que promovam o desenvolvimento económico do concelho e a criação de emprego. Será criada uma comissão para avaliação desses mesmos projetos, tendo por objectivo a atribuição de subsídios de apoio e/ou



cedência de espaços em regime de “incubação de empresa”, devendo estes incentivos ser analisados pela comissão a constituir.

Estão previstos no Orçamento diversos investimentos estruturantes que se prevê terem o seu início em 2012, de onde se destacam os seguintes:

- Centro escolar de Celorico da Beira (2.304.615€)
- Centro Escolar da Lajeosa do Mondego (800.000€)
- Pista de Pesca Desportiva na Ratoeira (351.892€)
- Habitação Social no Bairro de Santa Luzia (1.304.000€)
- Requalificação do Mercado Municipal (212.000€)
- Beneficiação da EN 17 - EM 554 (159.620€)
- Beneficiação da EM 555 (212.000€)
- Beneficiação da EM 16 (1.224.200€)

Estão neste momento já a decorrer algumas obras cujas despesas se irão prolongar durante o ano 2012, tais como:

- Parque Industrial da A25 (884.050€)
- Beneficiação e Estrada Municipal 1102 (429.000€)
- Requalificação das margens do Rio Mondego na Ratoeira (225.000)

É de salientar ainda o montante de 1.525.000€ relativo à dívida de capital em atraso da Variante de Celorico da Beira, e os respetivos juros no montante



aproximado de 285.000€, cujos pagamentos deverão ser efetuados em 2012 apenas após a aprovação do empréstimo de reequilíbrio, daí o facto de o valor do capital estar previsto como financiamento não definido.

Mais se informa que este Orçamento foi elaborado de acordo com o estipulado no Orçamento de Estado para 2012, que condicionou a sua elaboração não só em termos de receitas previstas, mas bem como no que diz respeito a despesas com salários. O Orçamento foi também elaborado em concomitância com o plano de reequilíbrio financeiro do Município, cujo estudo está quase concluído, faltando apenas os ajustes impostos pelo Orçamento de Estado para 2012, bem como do próprio Orçamento agora apresentado. Assim, no próximo ano deverá ser decretada a situação de desequilíbrio financeiro estrutural, nos termos da Lei das Finanças Locais e do Decreto-Lei 38/2008 de 7 de Março.